

Sumário

Número de notícias: 21 | Número de veículos: 20

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Reforma voltará a fechar cerco a paraísos fiscais, afirma relator..... 3

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Relator condiciona corte do IR à alta de arrecadação..... 4

DIÁRIO DO PARÁ - BELÉM - PA - GERAL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita Federal deposita hoje restituição do terceiro lote..... 6

O LIBERAL - BELÉM - PA - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Relator busca atenuar objeção de Estados e municípios..... 7

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Junho puxa resultado e déficit primário no semestre é de R\$ 53 bi..... 8

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

Contas do governo têm déficit de R\$ 53,6 bi..... 9

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - FINANÇAS
SEGURIDADE SOCIAL

Governo central fecha junho com déficit primário de R\$ 73,5 bilhões..... 10

O DIA - TERESINA - PI - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Aposentados do inss sofrem nas filas para fazer prova de vida na rede bancária - RODA VIVA
..... 11

O ESTADO - FORTALEZA - CE - ÚLTIMAS
SEGURIDADE SOCIAL

Governo pretende regulação de trabalho da economia digital..... 12

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

CPI da Covid retomará trabalhos com mudanças no colegiado..... 13

A TRIBUNA - ES - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

CPI vai decidir se afasta servidores..... 15

O DIA - RIO DE JANEIRO - RJ - BRASIL
SERVIDOR PÚBLICO

Categorias preparam reação à PEC da reforma - SERVIDOR..... 16

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Mudança na reforma do IR para evitar prejuízo a estados..... 17

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Tesouro vê espaço para Bolsa Família de R\$ 300..... 18

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Industriais alinhados com o governo dizem apoiar texto após mudanças	20
A GAZETA - MT - OPINIÃO REFORMA TRIBUTÁRIA	
O burnout tributário (2)	21
CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS ECONOMIA	
BC deve acelerar alta de juros	22
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
Luz e preços ao produtor sobem, IGP-M volta a acelerar e atinge 33,83% em 12 meses	23
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL REFORMA TRIBUTÁRIA	
Área econômica avalia aumentar meta de déficit de 2022	24
VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA SEGURIDADE SOCIAL	
Relator estuda atrelar corte do IRPJ a arrecadação	25
FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO ANFIP	
Desigualdade, tributação e esquerda (2)	27

Reforma voltará a fechar cerco a paraísos fiscais, afirma relator

Fábio Pupo

O relator da proposta de **reforma tributária**, deputado Celso Sabino (PSDB-PA), afirmou que seu texto vai voltar a prever a tributação de recursos de pessoas físicas brasileiras em paraísos fiscais. "Vamos pagar a redução do imposto de todos os brasileiros, Com folga", disse à Folha.

O endurecimento estava no projeto de lei do governo - mas foi retirado na versão seguinte, apresentada a líderes no dia 13 e escrita em parceria entre o ministro Paulo Guedes (Economia) e o deputado.

O artigo 6o do projeto determinava a taxação dos recursos de pessoas físicas brasileiras alocados em empresas estrangeiras (as chamadas off-shore) quando sediadas em paraísos fiscais.

A cobrança seria anual, mesmo se o dinheiro não fosse trazido ao país. Hoje, indivíduos brasileiros não estão sujeitos a esse tipo de cobrança.

A regra é recomendada pela OCD E (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico), cuja secretária de temas fiscais havia criticado à Folha a exclusão. Para ela, o país estava perdendo a oportunidade de fechar o cerco contra paraísos fiscais.

"É uma brecha na legislação brasileira, pois quem tem capacidade de investir em um país de tributação favorecida não vai aplicar diretamente e sim por meio daquele país", disse em entrevista recente Zayda Manatta, chefe do Fórum Global sobre Transparência e Troca de Informações para Fins Fiscais da OCDE.

Quando lhe foi perguntado sobre o que levou à mudança de ideia, Sabino respondeu que foi "o espírito patriota". Ele não diz quanto a proposta deve arrecadar, mas afirma que a medida vai equacionar as outras perdas de receita previstas no texto.

Há pelo menos R\$ 50,4 bilhões em dinheiro de brasileiros em contas no exterior. O volume se refere aos recursos existentes em todas as jurisdições externas (não apenas paraísos fiscais), mas pode ser muito maior porque diz respeito somente ao capital declarado à **Receita Federal**.

Dados mais abrangentes do BC apontam a existência

de recursos em volume significativamente maior. De acordo com a autoridade monetária, 60,4 mil pessoas físicas residentes no Brasil tinham US\$ 192,6 bilhões em ativos externos ao fim de 2019 (quase R\$ 1 trilhão). Também nesse caso, o número diz respeito somente às quantias declaradas.

A **Receita Federal** considera paraíso fiscal o local que tributa a renda com alíquota inferior a 20%. Além disso, também entra na lista o lugar que protege o sigilo sobre a composição societária das empresas.

Entre os mais de 60 integrantes da relação, estão Ilhas Cayman, Aruba, Bahamas, Bermudas, Irlanda, Líbano e Emirados Árabes Unidos.

Sabino apresentou uma nova versão do texto também para representantes de estados e municípios prevendo que os cortes planejados na alíquota do IRPJ (Imposto de Renda de Pessoa Jurídica) sejam feitos ao longo de três anos (e não dois) e dependam em parte do crescimento real da arrecadação.

A proposta teve como objetivo agradar representantes de governadores e prefeitos, mas eles ainda mostram resistências à proposta mesmo com as alterações.

A proposta apresentada em meados do mês por Sabino propunha um corte na alíquota-base do IRPJ de 15% para 2,5%, sendo uma redução de 10 pontos percentuais no primeiro ano de vigência e mais 2,5 pontos no segundo ano. Agora, o deputado apresentou a nova versão com um corte de 7,5 pontos no primeiro ano, de 2,5 pontos no segundo e outros 2,5 pontos no terceiro.

Site: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/>

Relator condiciona corte do IR à alta de arrecadação

Adriana Fernandes / BRASÍLIA

Para tentar vencer a resistências de Estados e municípios, o projeto de reforma do Imposto de Renda vai conter um dispositivo para atrelar uma parte da queda prevista do tributo cobrado das empresas a uma meta de arrecadação, segundo antecipou ao "Estadão" o relator, deputado Celso Sabino (PSDB-PA).

A proposta foi apresentada ontem por ele a secretários de Fazenda dos Estados e à Confederação Nacional dos Municípios (CNM). Segundo Sabino, o mecanismo serviria para evitar perda aos cofres estaduais e municipais com as mudanças no IR - cuja arrecadação é compartilhada com a União.

Críticos ao projeto, os governos regionais apresentaram uma conta que mostra uma perda de, no mínimo, R\$ 27, 4 bilhões de arrecadação com o parecer inicial de Sabino. Ou seja, eles ficariam com a maior parte da perda das receitas do projeto, estimada ao todo em R\$ 30 bilhões.

O relatório de Sabino prevê corte de 12,5 pontos percentuais na alíquota do IR das empresas em dois anos - 10 pontos em 2022 e mais 2,5 pontos em 2023. Ele explicou que o aumento de arrecadação decorrente da taxação de distribuição de lucros e dividendos, dos fundos exclusivos e do fim da possibilidade de dedução dos Juros sobre Capital Próprio (JCP), além do fim de isenção do auxílio-moradia e de alimentação de agentes públicos, cobriria com folga uma redução da alíquota de 7,5 pontos percentuais.

Os outros 2,5 pontos ficariam vinculados ao aumento da arrecadação corrigida pela **inflação**. Sabino explicou que, dessa forma, seria possível começar com a queda de 10 pontos percentuais prevista no projeto para 2022, já que é provável que a arrecadação em 2022 se mantenha em patamar superior ao deste ano.

De acordo com ele, o texto terá um parágrafo estabelecendo a redução de alíquota de 7,5 pontos percentuais do IRPJ.

Em outro parágrafo, ficará estabelecida uma queda de mais 2,5 pontos percentuais vinculada à meta de

arrecadação. Ou seja, a arrecadação terá de superar a do ano anterior.

Em 2023, a queda prevista de mais 2,5 pontos percentuais só será concedida se a arrecadação bater de novo a arrecadação de 2022 corrigida pela **inflação**. O aferimento da meta de arrecadação será feito no período de 12 meses até outubro.

O relator disse que o secretário da **Receita Federal**, José Tostes, garantiu esse aumento. "O secretário Tostes, que está aqui ao meu lado, garante que vai bater a arrecadação e garantimos dar a queda de 10 pontos percentuais para o mercado. E, para os Estados e municípios, garantimos que não vai cair a receita do FPM (Fundo de Participação dos Municípios) e do FPE (Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal)", disse Sabino.

Segundo o deputado, nos anos seguintes, após 2023, a Receita prevê um aumento maior da arrecadação decorrente da volta da tributação de lucros e dividendos e do lucro das pessoas físicas nacionais que estão sendo acumulados em paraísos fiscais. Hoje, esses lucros não são tributados e passarão a ser cobrados a partir de 2023. Esses valores serão declarados pela pessoa física no IR e terão origem lícita - essa medida está prevista no projeto.

Desconfianças. As duas reuniões de ontem abriram o diálogo com os governos regionais, mas a desconfiança continua.

Os Estados permanecem achando que a matemática não fecha e que a redução da carga tributária das empresas tem de vir de tributo que não é compartilhado, como a Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL).

"Não considero que a gente tenha uma proposta. Foi importante que o relator tenha se mostrado sensível e preocupado com a discrepância que há", disse o secretário de Fazenda do Rio Grande do Sul, Marco Aurélio Cardoso.

Segundo o presidente do Comitê Nacional de Secretários de Fazenda dos Estados (Comsefaz), Rafael Fonteles, a reunião foi curta e o relator não apresentou o texto. De acordo com ele, Sabino mostrou abertura de fazer um texto convergente.

"Eu evito me pronunciar sem ver o texto porque tudo alterar", disse.

-

Isenção para lucro deve ficar em R\$ 20 mil

O relator da reforma do Imposto de Renda, deputado Celso Sabino (PSDB-PA), sinalizou que não deve elevar a faixa de isenção da tributação da distribuição de lucros e dividendos de R\$ 20 mil para R\$ 25 mil no seu parecer final.

Sabino informou ao Estadão que não vai estender também a isenção da tributação de até R\$ 20 mil para as demais empresas.

No projeto original e no parecer preliminar, a isenção até R\$ 20 mil vale apenas para as empresas que são enquadradas como micro e pequenas empresas e faturam até R\$ 4,8 milhões, mesmo que não sejam necessariamente do Simples.

A faixa de isenção maior e aberta a todas as empresas beneficiária, sobretudo, as companhias que pagam pelo lucro presumido, como grandes escritórios de advocacia. Sem a extensão, essas empresas terão aumento da carga da carga tributária. "Não sei de onde estão tirando esse número de R\$ 25 mil. É para ver se emplaca?"

Não sei nem se vou mudar a isenção, por enquanto, é R\$ 20 mil mesmo", disse Sabino. Na semana passada, o ministro da Economia, Paulo Guedes, disse que a isenção poderia subir "um pouquinho". "Não quero mexer com dentista, médico, profissional liberal, não queremos atingir a classe média, nada disso." Como mostrou o Estadão, as empresas do Simples ficarão com a isenção integral. Em evento online organizado pelo Centro de Liderança Política (CLP), Sabino procurou mostrar que a isenção do Simples terá custo baixo: R\$ 50 milhões em 2022. Ele reforçou a tese de que o projeto vai injetar mais de R\$ 100 bilhões na economia e estimular o crescimento.

I Promessa

"Garantimos que não vai cair a receita do fundo de participação dos Estados e dos municípios." Celso Sabino (PSDB-PA) RELATOR DA REFORMA DO IMPOSTO DE RENDA NA CÂMARA

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Receita Federal deposita hoje restituição do terceiro lote

FOLHAPRESS

A **Receita Federal** deposita, nesta sexta-feira, o dinheiro do terceiro lote de restituições do Imposto de Renda 2021. O dinheiro será pago a 5,068 milhões de contribuintes que têm direito aos valores. Do total, 4,9 milhões entregaram o IR até 18 de maio. O restante faz parte do público prioritário ou de lotes residuais de anos anteriores. Para saber se terá o dinheiro, o cidadão pode fazer a consulta no site da **Receita Federal** www.gov.br/receitafe-deral. O dinheiro será depositado na conta informada pelo contribuinte ao entregar a declaração do IR.

Quem, por algum motivo, teve a conta cancelada ou bloqueada, é possível receber a grana no Banco do Brasil. O dinheiro da restituição ficará disponível por até um ano na instituição. Neste caso, é preciso agendar o crédito no Portal BB, no endereço www.bb.com.br/irpf. Quem comete erros na hora de declarar o imposto pode cair na malha fina. Com isso, não recebe a restituição enquanto não corrigir a pendência. Já os contribuintes que enviaram uma declaração re-tificadora vão para o fim da fila de restituição.

CONSULTAS

A melhor forma de saber se está tudo em ordem com a declaração do Imposto de Renda e garantir o pagamento da restituição ainda neste ano é acompanhar a documento por meio do Portal e-CAC, que é o centro virtual de atendimento da Receita.

Para isso, o contribuinte deve ter uma senha de acesso. A senha é gerada ao informar o número dos recibos de declarações de 2020 e 2021. Caso esteja declarando pela primeira vez, o código é gerado com apenas o recibo deste ano. Também dá para acessar o e-CAC com a senha do portal gov.br.

Site:

<https://www.diarioonline.com.br/digital/Page?editionId=1823>

Relator busca atenuar objeção de Estados e municípios

O projeto de reforma do Imposto de Renda vai conter um dispositivo para amarrar uma parte da queda na alíquota cobrada das empresas a uma meta de arrecadação, segundo apontou o deputado federal Celso Sabino (PSDB-PA). As informações são do Estadão.

A proposta foi apresentada ontem, 29, pelo relator aos secretários de Fazenda dos Estados e à Confederação Nacional dos Municípios (CNM) para evitar perda aos cofres estaduais e municipais com as mudanças no Imposto de Renda, cuja arrecadação é compartilhada entre União, Estados e municípios.

Críticos ao projeto, os governos regionais apresentaram uma conta que mostra uma perda de, no mínimo, R\$ 27,4 bilhões da arrecadação com o parecer de Sabino. Ou seja, eles ficariam com a maior parte da perda das receitas do projeto, estimada, ao todo, em R\$ 30 bilhões.

O relatório de Sabino prevê uma queda de 12,5 pontos percentuais na alíquota do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) em dois anos - 10 pontos em 2022 e mais 2,5 em 2023.

O relator explicou que o aumento de arrecadação decorrente da taxação de distribuição de lucros e dividendos, dos fundos exclusivos e do fim da possibilidade de dedução dos Juros sobre Capital Próprio (JCP), além do fim de isenção do auxílio moradia e de alimentação de agentes públicos, vai cobrir com folga uma redução da alíquota de 7,5 pontos percentuais.

Os outros 2,5 pontos percentuais estarão vinculados ao aumento da arrecadação corrigida pela **inflação**. Sabino explicou que dessa forma é possível começar com a queda de 10 pontos percentuais prevista no projeto para 2022, já que é provável que a arrecadação em 2022 seja superior à deste ano.

Em 2023, a queda prevista de mais 2,5 pontos percentuais só será concedida se a arrecadação bater de novo a arrecadação de 2022 corrigida pela **inflação**. O aferimento da meta de arrecadação será feito no período de 12 meses até outubro.

O relator disse que o secretário da **Receita Federal**, José Tostes, garantiu esse aumento. "O secretário

Tostes garante que vai bater a arrecadação e garantimos dar a queda de 10 pontos percentuais para o mercado. E, para os Estados e municípios, garantimos que não vai cair a receita do FPM (Fundo de Participação dos Municípios) e do FPE (Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal)", disse Sabino.

Segundo o deputado, nos anos seguintes, após 2023, a Receita prevê um aumento maior da arrecadação decorrente da volta da tributação de lucros e dividendos e do lucro das pessoas físicas nacionais que estão sendo acumulados em paraísos fiscais. da mais a arrecadação prevista do Imposto de Renda já que deve prever a isenção entre empresas do mesmo grupo na distribuição de lucros e dividendos. Na proposta enviada pelo governo, haveria taxação de 20% nessas situações.

Site:

<https://digital.maven.com.br/pub/oliberaldigital/index.jsp?serviceCode=login>

Junho puxa resultado e déficit primário no semestre é de R\$ 53 bi

Mariana Ribeiro e Lu Aiko Otta De Brasília

O governo central, que reúne Tesouro Nacional, **Previdência Social** e Banco Central, registrou déficit primário de R\$ 53,65 bilhões no primeiro semestre do ano, após ter se mantido na esfera positiva no acumulado do ano até maio - nos primeiros cinco meses de 2021, foi registrado superávit de R\$ 19,91 bilhões. No mesmo período do ano passado, no entanto, o déficit foi bem mais expressivo, de R\$ 417,35 bilhões, puxado pelos gastos mais altos em resposta à pandemia.

Segundo o secretário do Tesouro Nacional, Jeferson Bittencourt, junho foi um mês ruim para os padrões do ano e a piora é explicada por um efeito calendário e pelas medidas de combate à covid-19. O secretário citou fatores como os créditos extraordinários ligados à pandemia, a antecipação do 13º salário de aposentados e pensionistas e o pagamento de precatórios, que é usualmente feito em junho.

Só no mês passado, o déficit primário foi de R\$ 73,55 bilhões, segundo maior da série histórica, ficando atrás apenas de junho de 2020, quando o resultado foi negativo em R\$ 194,85 bilhões. No mês, a receita líquida cresceu 57% em relação ao mesmo mês do ano anterior, enquanto as despesas caíram 34,6%. Bittencourt destacou que a mudança na dinâmica de gastos desde o início da pandemia dificulta as comparações e que é mais produtivo olhar "tendências de mais longo prazo". O resultado primário acumulado em 12 meses continua em forte recuperação, frisou.

Em documento que acompanhou a divulgação dos dados, o Tesouro comentou que, apesar de junho ainda ser muito afetado pelas medidas de combate à pandemia, é importante observar o comportamento das despesas não relacionadas à covid-19, que "mantiveram trajetória declinante no acumulado em 12 meses em termos reais".

Diz ainda que o "arcabouço fiscal" do país permitiu que houvesse expansão dos gastos para enfrentamento da crise sanitária, ao mesmo tempo em que foi mantida "a confiança dos agentes econômicos na sustentabilidade das contas públicas". Pelo lado das receitas, a secretaria afirmou que, apesar dos avanços recentes no desempenho da arrecadação, o país "ainda dispõe de um caminho a ser percorrido para

alcançar níveis prudentes de endividamento".

Com a revisão na base de algumas despesas obrigatórias, disse Bittencourt, a margem do teto de gastos em 2022 está agora estimada entre R\$ 25 bilhões e R\$ 30 bilhões. O espaço é suficiente para comportar um Bolsa Família de valor médio de R\$ 300 para um público de cerca de 17 milhões de famílias, acrescentou. "Esse espaço que nós estamos vendo seria compatível com um programa nessa magnitude", disse, destacando que não se referia ao desenho do programa em si, mas ao espaço fiscal. Antes, a folga no teto era estimada entre R\$ 20 bilhões e R\$ 25 bilhões.

Em relação à legalidade ou não de se compensar a criação do novo Bolsa Família com receitas da taxação de dividendos, consideradas incertas, disse que tem havido "incompreensão" das regras fiscais. Se a compensação da nova despesa for feita com uma receita "certa", afirmou, isso não valeria como medida de compensação, já que haveria piora do resultado fiscal. A legislação, lembrou, exige que a criação de uma nova despesa corrente seja acompanhada por um corte em outra despesa ou criação de uma nova fonte de arrecadação.

Bittencourt disse ainda que colocar um programa específico na Constituição "não é muito convencional" e retira flexibilidade para a gestão das contas públicas. Nesta semana, o presidente Jair Bolsonaro disse que o governo pode mandar uma PEC para "acertar a questão" do Bolsa Família.

Sobre a reforma do Imposto de Renda, disse ainda que a existência de uma discussão sobre redução da carga tributária do ano que vem indica que vem sendo feito um trabalho de consolidação fiscal. O texto em discussão no Congresso, relatado pelo deputado Celso Sabino (PSDB-PA), prevê uma perda de arrecadação na casa dos R\$ 30 bilhões. O secretário frisou que o texto segue em discussão e as projeções ainda podem mudar.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186965?page=1§ion=1

Contas do governo têm déficit de R\$ 53,6 bi

Lorena Rodrigues Idiana Tomazelli / BRASÍLIA

Depois de começar o ano no azul, as contas do governo central (que reúne Tesouro Nacional, Banco Central e **INSS**) tiveram um déficit expressivo em junho e encerraram o primeiro semestre com um rombo de R\$ 53,65 bilhões, informou ontem o Tesouro Nacional.

O resultado foi influenciado pelas despesas extras de combate à covid-19. Apesar disso, o órgão destacou que os gastos ordinários do governo, como o pagamento da folha salarial e a Previdência, seguem sob controle, graças à manutenção de regras fiscais como o teto de gastos - que limita o avanço das despesas à **inflação**.

Só no mês de junho, o déficit foi de R\$ 73,5 bilhões. O rombo não é maior porque o governo tem registrado um aumento nas receitas, atribuído à recuperação da economia. Além disso, houve ingresso de R\$ 6,3 bilhões de empresas que começaram a pagar os empréstimos do Pronampe, programa de crédito criado na pandemia.

No primeiro semestre, a receita total do governo teve um crescimento real de R\$ 203,2 bilhões em relação a igual período de 2020. Mesmo com a recente melhora na arrecadação, o Tesouro ressalta que há um caminho a ser percorrido ainda na direção de um nível de endividamento mais prudente.

Para o Tesouro, o quadro atual é fruto da manutenção e do respeito às regras fiscais, como a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e o teto de gastos.

Os gastos da pandemia foram feitos com base em exceções previstas nesses dispositivos, enquanto as despesas normais se mantiveram sob o guardachuva das normas.

Além da LRF e do teto, o Tesouro cita ainda a Lei Complementar 173, que estabeleceu travas temporárias ao aumento de gastos, inclusive com reajustes de salários de servidores.

"Estas regras, isoladamente ou combinadas, contribuíram para o Brasil ter iniciado um processo de recuperação dos seus resultados fiscais e serão essenciais para a possibilidade de manutenção desta trajetória nos próximos anos", disse o órgão.

R\$ 73,5 bi foi o déficit das contas do governo central (que reúne Tesouro Nacional, Banco Central e **INSS**) em junho. O resultado ainda foi influenciado pelas despesas extras com a covid-19.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Governo central fecha junho com déficit primário de R\$ 73,5 bilhões

Brasília - O governo central, composto por Tesouro Nacional, Banco Central e **Previdência Social**, registrou déficit primário de R\$ 73,553 bilhões em junho, informou o Tesouro ontem.

O déficit veio bem abaixo do computado no mesmo período do ano passado, quando as contas tiveram rombo recorde de R\$ 194,853 bilhões sob o impacto de medidas tomadas para o enfrentamento da crise da pandemia, mas superou

"O comportamento da despesa primária ex-Covid mostra a importância das regras fiscais em vigor para evitar que despesas temporárias de combate à pandemia se transformem em despesas permanentes"

expectativas do mercado, que apontavam para um saldo negativo de R\$ 63,4 bilhões, segundo pesquisa da Reuters.

As receitas do governo central líquidas de transferências aumentaram 57% em junho em termos reais frente ao mesmo mês de 2020, enquanto as despesas caíram 34,6%.

O Tesouro destacou, do lado das receitas, o impacto no mês de uma arrecadação extraordinária de R\$ 4 bilhões de IRPJ/CSLL, incidentes sobre os lucros das empresas; de um menor diferimento de **tributos** na comparação com 2020; e do aumento das vendas e dos serviços em meio à retomada da economia, entre outros fatores.

Já sobre os gastos, o Tesouro chamou atenção para o fato de as despesas primárias não relacionadas à Covid-19 estarem mantendo trajetória de queda no acumulado em 12 meses.

"O comportamento da despesa primária ex-Covid mostra a importância das regras fiscais em vigor para evitar que despesas temporárias de combate à pandemia se transformem em despesas permanentes", disse o Tesouro em nota.

O fator determinante para a queda das despesas no mês, no entanto, foi mesmo a redução dos gastos relacionados ao enfrentamento da pandemia. Os créditos extraordinários caíram 85% no mês na comparação anual, para R\$ 12,7

bilhões, refletindo principalmente a redução nas despesas com o auxílio emergencial pago pelo governo.

Já os aportes feitos pelo Tesouro em fundos garantidores para fomentar o crédito às empresas na crise caíram de R\$ 21 bilhões em junho de 2020 para cerca de R\$ 400 milhões no mês passado.

Em junho, o Tesouro Nacional registrou déficit primário de R\$ 18,190 bilhões, enquanto a **Previdência Social** marcou saldo negativo de R\$ 55,141 bilhões e o BC, déficit de R\$ 221 milhões.

Com o saldo de junho, o governo central passou a acumular déficit primário no ano, de R\$ 53,7 bilhões. No primeiro semestre de 2020, o saldo fiscal fora negativo em R\$ 417,3 bilhões. A meta do governo central para este ano é um déficit de R\$ 247,2 bilhões. (Reuters)

Aposentados do inss sofrem nas filas para fazer prova de vida na rede bancária - RODA VIVA

Luiz Carlos Oliveira

Suspensa desde maio de 2020 por causa da pandemia de covid-19, não causando a suspensão do benefício, a prova de vida dos aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) voltou a ser obrigatório no dia 1º de junho. Dessa data até hoje tem sido um verdadeiro martírio para os beneficiários do **INSS**. Eles têm sofrido nas filas da rede bancária de Teresina porque as instituições financeiras não oferecem nenhuma estrutura de atendimento das pessoas que buscam realizar a confirmação do cadastro para não terem o benefício suspenso. Os aposentados e pensionistas chegam nas agências nas primeiras horas da manhã e, muitos deles, só são atendidos no final do expediente depois das 16h após ficarem boa parte do tempo na fila e ainda no sol. Isso, num verdadeiro desrespeito às condições humanas.

A deputada federal Margarete Coelho (Progressistas) publicou em suas redes sociais que passou a tarde de ontem (29) com o ex-presidente da República, Michel **Temer**, discutindo temas relacionados ao direito. Na academia, **Temer** é famoso pelo livro "Elementos do Direito Constitucional", obra que a deputada afirmou ser leitura obrigatória para todos os estudantes. Por falar em Margarete, ela foi ausência notada na solenidade de posse de Eliane Nogueira no Senado.

PSD NA MIRA Além de outros partidos que estão na base do governador Wellington Dias (PT), a oposição ao Palácio de Karnak tem mirado as lideranças do PSD, presidido no Piauí pelo deputado federal Júlio César de Carvalho Lima. A sigla tem sido convidada para integrar a chapa majoritária que deve ser encabeçada pelo Progressistas, que tem como presidente nacional o senador Ciro Nogueira, que vai tomar posse nos próximos dias como ministro da Casa Civil no Governo Bolsonaro.

PRESENÇA O vereador progressista Aluísio Sampaio informando que esteve Brasília, na última quarta-feira (28), prestigiando a posse da senadora Eliane Nogueira, que assumiu o mandato como primeira suplente do Progressistas no lugar do titular, seu filho Ciro Nogueira, nomeado Chefe da Casa Civil do

Governo Bolsonaro. O parlamentar informou que esteve ao lado do senador Elmano Férrer e do deputado federal André Fufuca, que assume a presidência nacional do Progressistas.

NO STRANS I O presidente da Comissão Parlamentar de Investigação (CPI) da Câmara Municipal de Teresina, vereador Dudu Borges (PT), na vistoria que realizou nos arquivos da Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito (Strans) encontrou grande quantidade de documentos que comprovam descumprimento da licitação. A vistoria, segundo o parlamentar, teve por objetivo conferir como se dão as fiscalizações e sistematização do transporte coletivo.

Na oportunidade, ele também reuniu-se com o superintendente da Strans, major Cláudio Cardoso.

NA STRANS II Ainda segundo o vereador Dudu, encontrou no Strans uma quantidade de multas em aberto por infrações ao cumprimento da licitação e que são enviadas ao Sindicato das Empresas de Transportes Urbanos de Passageiros de Teresina (Setut).

Dentre outras análises, o presidente da CPI também se deparou com o descumprimento da ordem de serviço dada pela Strans sobre a quantidade de circulação de ônibus na capital.

FPM A última parcela do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) deste mês será depositada nesta sexta-feira (30) nas contas das prefeituras brasileiras.

O valor total é de R\$ 3,3 bilhões, sem considerar a **inflação** e o desconto de 20% do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Com a retenção constitucional do Fundeb, deixa o Fundo em R\$ 2.641.868.363,55.

Site: <https://odia.presslab.com.br/>

Governo pretende regulação de trabalho da economia digital

Com a recriação do Ministério do Trabalho e Previdência o governo pretende intensificar as ações para implementar a economia digital, que consiste em regulamentar relações de trabalho que vêm crescendo principalmente por causa da digitalização. A iniciativa vem à tona em razão do crescimento do comércio digital, por meio de aplicativos de vendas de produtos, serviços e alimentos.

Atualmente há empresas funcionando em diversos ramos, como aluguel de imóveis, venda de carros, serviços domésticos, entre outros. Esse modelo tem tomado uma fatia cada vez maior do mercado e representa uma renda flexível e, às vezes, de mais fácil acesso a pessoas que buscam emprego. Formalizar esse tipo de trabalho será um dos objetivos do novo ministro Onyx Lorenzoni, que deixou o cargo de ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República para assumir a pasta.

Uma das hipóteses será alterar as normas do Microempreendedor Individual (MEI) para que esses prestadores de serviço se enquadrem na modalidade. Como MEI, a alíquota de contribuição previdenciária é mais baixa que a de um autônomo ao **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social). Assim, esses trabalhadores passam a ter proteção da Previdência, por exemplo, em caso de doença (auxílio-doença), além de fazerem parte do sistema de aposentadoria.

Sindicatos As questões sindicais também estão na mira. O objetivo é acabar a unicidade sindical, ou seja, a existência de um único sindicato tanto de trabalhadores como de empresas por base territorial: município, uma região, estado ou país. Com a mudança, as organizações poderiam representar uma ou mais categorias, profissões ou trabalhadores por empresas. A medida, no entanto, exige a apresentação de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC), que depende de forte apoio no Congresso.

Outra medida será acelerar o plano de propor ao Congresso uma Lei de Responsabilidade Previdenciária, para incentivar que estados e municípios façam adesão à reforma das regras de aposentadoria e pensão e adotem medidas para controlar os gastos com aposentadorias e pensões de servidores. Todas essas iniciativas estavam na Secretaria Especial de Previdência e Trabalho,

vinculada ao Ministério da Economia, e agora serão apresentadas ao novo ministro.

A Medida Provisória que recria o Ministério do Trabalho e Previdência foi publicada pelo governo nessa quarta-feira (28). À pasta serão repassadas dez atribuições e sete órgãos colegiados até então de responsabilidade da Economia, incluindo os conselhos do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) e do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador).

Site: https://issuu.com/oestadoce/docs/30-07_3e5f16a585a7d3

CPI da Covid retomará trabalhos com mudanças no colegiado

ACPI da Covid retomará suas atividades na próxima semana com mudanças na composição.

Conforme foi anunciado ontem, com a licença do senador Ciro Nogueira (PP-PI) para ocupar a secretaria da Casa Civil da Presidência da República, sua vaga passa a ser ocupada por Luiz Carlos Heinze (PP-RS) que vinha atuando como suplente. No lugar de Heinze na suplência, por sua vez, entrará Flávio Bolsonaro (Patriota- RJ). Mas a saída de Nogueira como líder do PP também alterou o bloco partidário formado pelas legendas MDB, Republicanos e Progressistas e deu direito a mais um assento desse grupo no colegiado, que caberá ao senador Jader Barbalho (MDB-PA).

A comissão tem na pauta uma lista de 386 requerimentos para apreciação. São pedidos de convocações, quebras de sigilos, informações e audiências públicas. Deste total, 265 pedem a convocação de ministros, governadores, prefeitos, secretários, **servidores públicos**, representantes de empresas privadas, especialistas em saúde e até do presidente Jair Bolsonaro.

Dentre os ministros, estão sendo pedidas oitivas com 11 deles: Marcelo Queiroga (Saúde), Paulo Guedes (Economia), Walter Braga Netto (Defesa), Onyx Lorenzoni (Trabalho e da Previdência), Anderson Torres (Justiça), Carlos Alberto França (Relações Exteriores) e Damarens Alves (Direitos Humanos). Além de Marcos Pontes (Ciência e Tecnologia), João Roma (Cidadania), Flávia Arruda (Secretaria de Governo) e Wagner Rosário (CGU).

Por parte dos governadores, a CPI pede a convocação de três e a troca de convocações aprovadas por convites para outros nove. Os que são alvo de convocações são João Doria (SP), Rui Costa (BA) e Claudio Castro (RJ). Os que passarão a ser "convidados" são Wilson Lima (AM), Helder Barbalho (PA), Ibaneis Rocha (DF), Mauro Carlesse (TO), Daniela Reinehr (SC), Antonio Denarium (RR), Waldez Góes (AP), Marcos Rocha (RO) e Wellington Dias (PI).

No tocante aos municípios, a ideia é priorizar prefeitos dos que têm mais de 500 mil habitantes onde a Polícia Federal e o MPF tenham investigado crimes relacionados à pandemia. Os primeiros serão David Almeida (Manaus), Ricardo Nunes (São Paulo),

Edvaldo Nogueira (Aracaju) e Tião Bocalom (Rio Branco).

Os senadores querem cruzar todos os dados e acelerar com as apurações até novembro - prazo em que os trabalhos precisam ser regimentalmente encerrados.

A comissão dará início às reuniões na terça-feira, quando está previsto para depor o reverendo Amilton Gomes de Paula. Ele é apontado por representantes da Davati Medical Supply como um "intermediador" entre o Governo Federal e empresas que ofertavam vacinas. O reverendo, que é presidente de uma ONG, a Secretaria Nacional de Assuntos Humanitários (Senah), recebeu em fevereiro autorização do Ministério da Saúde para negociar 400 milhões de doses de vacinas contra a covid-19.

SAIBA MAIS

» A CPI da Covid também agendou para a quarta-feira a oitiva com Francisco Maximiano, sócio da Precisa Medicamentos e responsável por negociar a vacina Covaxin, produzida pelo laboratório indiano Barath Biotech. Mas ainda não há confirmação sobre essa audiência, porque a defesa de Maximiano acionou o Supremo Tribunal Federal (STF) para pedir que o empresário seja autorizado a faltar ao depoimento. Segundo os advogados do empresário, ele viajou para a Índia. O vice-presidente da comissão, senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), afirmou que pedirá a prisão preventiva de Maximiano caso não retorne da Índia. Será a terceira vez que ele posterga sua ida à comissão. No último dia 23, a empresa Bharat Biotech, fabricante indiana da vacina Covaxin, anunciou a rescisão de seu contrato com a Precisa.

Pazuello é interrogado pela PF

O general do Exército e ex-ministro da Saúde Eduardo Pazuello disse à Polícia Federal ontem que o pedido do presidente Jair Bolsonaro para que fossem investigadas suspeitas de irregularidade na compra da vacina indiana Covaxin chegou a ele de maneira informal.

Por essa razão, afirmou Pazuello aos investigadores, o caso não recebeu o devido tratamento do ministério.

Na época, órgãos de investigação não foram acionados pelo governo. Pazuello explicou à PF que coube ao então secretário-executivo da pasta, coronel Elcio Franco, averiguar o assunto e que nada de irregular foi constatado.

A versão coincide com o que Bolsonaro tem dito sobre o caso. "Eu conversei com o Pazuello: "Pazuello, tem uma denúncia aqui do deputado Luis Miranda que estaria algo errado acontecendo. Dá para dar uma olhada?". Ele [Pazuello] viu e não tem nada de errado", afirmou o presidente da República.

O ex-ministro foi interrogado pela PF em dois inquéritos. No primeiro, respondeu a perguntas sobre a denúncia de prevaricação atribuída ao presidente pelo deputado federal Luis Miranda (DEM-DF) e pelo seu irmão Luis Ricardo Miranda, servidor do Ministério da Saúde. No outro, o militar respondeu a questionamentos sobre as suspeitas de irregularidade no processo de compra da Covaxin.

Pazuello chegou à sede da PF em Brasília por volta das 9h45 e deixou as dependências do órgão às 14h. Entrou e saiu pela garagem sem falar com a imprensa.

Ele estava acompanhado de representante da AGU (Advocacia- Geral da União).

Quando a vacina foi negociada com o laboratório Bharat Biotech, ele era o titular da Saúde. Após as suspeitas de irregularidades, que envolvem o alto escalão da pasta na gestão Pazuello, o Ministério da Saúde anunciou a suspensão do contrato e, ontem, o cancelamento definitivo (leia mais na página 8)

Site: https://cdn-acervo.sflip.com.br/temp_site/issue-4843444b2cd1c2d4b2b261e396c5da4a.pdf

CPI vai decidir se afasta servidores

BRASÍLIA

Saúde.

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid votará requerimentos para afastar servidores que estariam obstruindo as investigações. Segundo o vice-presidente da comissão, Randolfe Rodrigues (Rede-AP), agentes públicos que têm potencial para atrapalhar os trabalhos da CPI também deverão ser afastados de seus cargos no governo.

Entre os servidores que serão analisados está Mayra Pinheiro, secretária de Gestão do Trabalho e Educação em Saúde do Ministério da Saúde. Conhecida como "Capitã Cloroquina", seu nome estará em um dos requerimentos pelo fato de ela já ser oficialmente considerada investigada pela CPI e continuar nomeada no Ministério da Saúde, o que lhe garantiria acesso a documentos de interesse da Comissão Parlamentar de Inquérito.

"Já sabemos que a Mayra obstaculizou (as investigações). O próprio vídeo em que diz que vai combinar com as perguntas com membros (governistas) da CPI é uma prova de que o depoimento dado por ela não foi real. É uma falsificação de depoimento. E ela, como secretária do Ministério da Saúde, tem acesso a documentos. Tem acesso a informações que devem chegar à CPI. A atuação dela na função pública gera motivos para o afastamento," disse Randolfe Rodrigues.

Após 14 dias de recesso, a comissão retomará os trabalhos na semana que vem.

Randolfe Rodrigues afirmou ontem que a confissão pode pedir a prisão preventiva do empresário Francisco Maximiano, dono da Precisa Medicamentos. Ele criticou o fato de Maximiano ter viajado para a Índia, apesar de ter depoimento marcado na CPI.

"Nós recebemos a notícia, nesta semana, que o senhor Francisco Maximiano se evadiu para a Índia e pretende não ser ouvido pela CPI na quarta-feira. Eu quero recomendar ao senhor Francisco Maximiano: volte e compareça à CPI de imediato no dia que seu depoimento está marcado. Evadir-se do País quando tem uma investigação em curso é crime. E nós não titubaremos em pedir a sua prisão preventiva", disse Randolfe.

A Precisa era a parceira do laboratório indiano Bharat Biotech, que criou a Covaxin, vacina contra a covid mais cara a ter negócio fechado com o Ministério da

Categorias preparam reação à PEC da reforma - SERVIDOR

Paloma SAVEDRA

Enquanto o relator da reforma administrativa (PEC 32) na Comissão Especial da Câmara dos Deputados, Arthur Maia (DEM-BA), segue um cronograma para apresentar seu parecer em agosto, o funcionalismo se mobiliza para evitar o avanço da proposta. A intenção de Maia e outros parlamentares é garantir a votação do texto no plenário da Casa já no mês que vem.

Para tratar do tema, o relator tem se reunido com integrantes do governo e, nessa semana, se encontrou com o presidente Jair Bolsonaro (sem partido).

Em contrapartida, para pressionar o Legislativo, as categorias estudam uma greve geral unificada - com servidores dos municípios, estados e União -, além de ações no Supremo Tribunal Federal (STF).

A expectativa é que a mobilização do serviço público ganhe força e provoque mais efeitos no Parlamento com a atuação das categorias de segurança pública e das carreiras da magistratura e do Ministério Público, já que a inclusão de juizes e promotores na PEC teve apoio na Câmara.

CONFIRA

32/20 PEC 32 foi enviada ao Congresso pelo governo em setembro de 2020

60 A PEC reformula as regras do setor público e acaba, por exemplo, com férias de 60 dias

Gestão de Desempenho em debate

Hoje, o 'Seminário Gestão de Desempenho no Setor Público' reúne - virtualmente - especialistas e parlamentares, como Arthur Maia, para debater o tema. Apesar de a reforma administrativa não tratar da avaliação de desempenho, o texto inicia essa discussão antes do envio de um projeto específico pelo governo.

O seminário é promovido pelo Fórum das Carreiras de Estado (Fonacate) e o Movimento Pessoas à Frente.

Presidente do Fonacate, Rudinei Marques ressalta que as categorias do funcionalismo vão elaborar um projeto próprio sobre gestão de desempenho que seja

"consistentes, a partir das experiências hoje já praticadas em diversos órgãos da administração pública".

NO ESTADO

Cartão de benefício a servidores

Pela primeira vez, o Governo do Estado do Rio de Janeiro passa a oferecer aos **servidores públicos** - ativos, aposentados e pensionistas - o cartão de benefício consignado Credcesta Visa. Com contratação gratuita, o cartão oferece opções de saque e crédito com limite pré-aprovado e desconto em folha de pagamento.

A parceria com o Credcesta foi feita no âmbito dos programas do governo de apoio à aquisição de bens e serviços no comércio local, a custos ou condições diferenciadas.

Pelas regras, metade da margem deverá ser usada, obrigatoriamente, para compras em supermercados, farmácias e outros estabelecimentos que aceitem a bandeira Visa, e a outra metade, em saques emergenciais. Ambas as modalidades, tanto saque quanto crédito, podem ser parceladas.

Interessados podem tirar dúvidas pelo App Credcesta, pelo site credcesta.com.br e também por meio do telefone e WhatsApp 0800 729 0660.

SISPATRI

Prazo para declarar bens acaba hoje

Os servidores ativos do Poder Executivo estadual têm até hoje para entregar a Declaração de Bens e Valores por meio do Sispatri no Portal do Servidor (www.servidor.rj.gov.br).

Segundo a Controladoria Geral do Estado, até ontem 75% dos funcionários haviam realizado o procedimento - ou seja, 134.707 vínculos. A CGE aguarda o envio das informações por mais 44.649 profissionais. A medida é obrigatória.

Site:

<https://edicao.odia.com.br/2021/07/30/12572a/issue9315.pdf>

Mudança na reforma do IR para evitar prejuízo a estados

BRASÍLIA

Pressionado pelos governadores, o relator da reforma do Imposto de Renda, deputado Celso Sabino (PSDB-PA), avalia mudanças na proposta, considerada a segunda etapa da **reforma tributária**. Em reunião ontem com secretários estaduais de Fazenda, ele disse que avalia a criação de gatilhos para reduzir o IR da Pessoa Jurídica

O objetivo das mudanças é reduzir resistências dos estados, que temem perder arrecadação. Governadores começaram a se mobilizar contra a proposta. No encontro, Sabino disse que estuda propor uma redução menor do IRPJ, caso a arrecadação de imposto fique abaixo da **inflação**.

Nesse cenário, a queda seria de 7,5 pontos percentuais (p.p.) no IRPJ no próximo ano. O imposto cairia de 25% para 17,5%. Além disso, haveria redução de 2,5 p.p. por ano em 2023 e 2024, totalizando uma redução de 12,5 p.p. Esse cenário só seria concretizado com uma arrecadação abaixo da **inflação**.

Caso seja maior que a **inflação**, vale o que está no texto atual do relator: uma queda de 10 p.p em 2022 e de mais 2,5 p.p. em 2023.

Esse foi o "gatilho" citado por Sabino após uma reunião com o ministro da Economia, Paulo Guedes, na quarta-feira. O mecanismo desenhado pelo relator é uma maneira de garantir- que a redução de imposto para as empresas não representará uma queda de receitas para os demais entes da Federação.

Sabino também disse que apresentará cálculos para provar que a reforma não irá reduzir a arrecadação dos estados e dos municípios. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), também tem negado a possibilidade de a reforma, que ele apoia, prejudique os estados.

O texto deve ser apresentado na próxima terça-feira na reunião de líderes. O objetivo de Lira é votar o assunto já na próxima semana.

Os governadores calculam uma perda de R\$ 27 bilhões para estados e municípios com o texto apresentado pelo relator.

As perdas ocorreriam em duas frentes. Primeiro porque a arrecadação com o IRPJ é compartilhada com estados e municípios por meio dos fundos de participação (FPE e FPM). E depois porque a reforma também prevê o reajuste na tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF). Parte do IRPF de senadores retido na fonte fica com estados e municípios.

Após a insatisfação dos governadores, o relator se encontrou com secretários locais ontem.

Tesouro vê espaço para Bolsa Família de R\$ 300

Fábio Pupo

O secretário do Tesouro Nacional, Jeferson Bittencourt, afirmou nesta quinta-feira (29) que novos cálculos mostram um espaço adicional de até R\$ 30 bilhões dentro do teto de gastos no ano que vem. Segundo ele, a margem é suficiente para ampliar o Bolsa Família e pagar um valor médio de R\$ 300 a 17 milhões de beneficiários.

Hoje, o Bolsa Família já tem um orçamento de R\$ 34,9 bilhões e atende 14,7 milhões de famílias com um valor médio de R\$ 190.0 governo pretende ampliar o programa, e o presidente Jair Bolsonaro já citou um valor de R\$300 para os pagamentos, mas depois passou a mencionar uma elevação menor (de 50%, para R\$ 285).

Bittencourt ressaltou que os valores mencionados por ele próprio não representam o desenho final do programa, mas se referem a um exercício aritmético que aponta a possibilidade da ampliação.

"Esse espaço que estamos vendo é compatível com um programa dessa magnitude", falou Bittencourt.

O secretário afirmou que a equipe passou a projetar uma folga maior no teto após uma revisão nas bases de certos gastos obrigatórios, como aposentadorias. Com isso, as previsões para o espaço de despesas discricionárias (não obrigatórias) dentro do teto de gastos passou de R\$ 20 bilhões a R\$ 25 bilhões para R\$ 25 bilhões a R\$ 30 bilhões.

Ele aproveitou para rechaçar a ideia de implementar o programa por meio de uma PEC (proposta de emenda à Constituição) porque, em sua visão, isso tiraria a flexibilidade para a execução orçamentária. Segundo ele, esse e outros programas devem ser implementados seguindo as regras fiscais já vigentes.

As pastas da Cidadania e da Economia discutem o desenho final da proposta de reformulação do Bolsa Família. A ideia é fundir várias ações sociais em um único programa social, que deve ganhar novo nome, substituindo a marca Bolsa Família que foi criada na gestão petista.

Na quarta (28), o ministro João Roma (Cidadania) teve reunião com o ministro Paulo Guedes (Economia) e

defendeu que o benefício médio por mês suba 50% ou mais. "O presidente falou de um aumento de cerca de 50% do valor. Nós pretendemos que chegue a isso ou talvez até mais. Mas tudo isso vai depender obviamente de entendimento inclusive aqui com a área econômica em momento oportuno."

De acordo com Roma, a previsão é o programa ser anunciado no mês que vem e implementado em novembro. A criação será feita por meio de MP (medida provisória).

Um dos componentes para a expansão do Bolsa Família é a **reforma tributária**, que ainda está em discussão e renderia -segundo membros do governo- R\$ 20 bilhões para o programa social. Por isso, o governo tem pressa para aprovar a proposta.

A proposta de reforma no Imposto de Renda formulada no começo do mês pelo relator, Celso Sabino (PSDB-PA), corta alíquotas para empresas e causa um buraco de R\$ 30 bilhões na arrecadação. O valor pode subir para aproximadamente R\$ 50 bilhões se não forem a provada s medidas compensatórias (como taxaço de auxílios de servidores, teto do funcionalismo e subsídios para empresas específicas).

Para Bittencourt, o debate sobre uma eventual perda de receita com a reforma se tornou possível graças ao trabalho feito para reequilibrar as contas públicas no país. "Se há uma discussão hoje sobre [...] redução da carga tributária, é porque o trabalho vem sendo feito do ponto de vista do tratamento da consolidação fiscal como um todo", afirmou.

A **reforma tributária** é discutida enquanto o país volta a ficar no vermelho no acumulado do ano, com um déficit primário de R\$ 53,6 bilhões no primeiro semestre nas contas do governo central (que inclui Tesouro Nacional, Previdência e Banco Central).

O resultado, divulgado pelo Tesouro nesta quinta, representa o terceiro pior desempenho para o período na série histórica (iniciada em 1997), já considerando dados atualizados pela **inflação**.

Os números continuam sendo afetados pelos gastos com a pandemia. Já foram pagos neste ano R\$ 68,3 bilhões de um total previsto até agora de R\$ 127,5 bilhões para 2021.

O rombo no semestre é 65% menor (em termos reais) que no mesmo período de 2020. A diminuição decorre da desaceleração das despesas ligadas à Covid e de uma expansão das receitas federais na comparação com o ano passado.

No primeiro semestre do ano passado, o país enfrentava a chegada da pandemia e o governo executava medidas com impacto fiscal mais forte - como o auxílio emergencial maior e um adiamento mais amplo de **impostos**.

A receita líquida foi de R\$ 731,9 milhões no primeiro semestre de 2021, um avanço real de 57% na comparação com o mesmo período de um ano atrás. Enquanto isso, as despesas ficaram em R\$ 785,6 milhões (um recuo de 34%).

No lado da receita, a melhora nos números passou a ser vista pelo governo como um motivo para a redução do déficit previsto pela meta fiscal no ano que vem, atualmente estabelecida em um rombo de R\$ 170,4 bilhões.

Quando lhe foi perguntado sobre a possível diminuição de R\$ 60 bilhões a R\$ 70 bilhões na meta de 2022, Bittencourt respondeu que vê com bons olhos a medida. "Sempre que pudermos alterar a meta para melhorá-la, em direção de um resultado fiscal melhor, isso vai ser visto com bons olhos pelo Tesouro."

Apesar disso, ele ressaltou que ainda é cedo para um ato nesse sentido. "Ainda temos muitos temas em aberto para 2022 que precisam ser endereçados antes de ser tomada essa decisão", disse.

Entre os fatores que geram dúvidas, estão possíveis medidas como o reajuste para servidores, além da própria reformulação de programas sociais e a **reforma tributária**.

Site: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/>

Industriais alinhados com o governo dizem apoiar texto após mudanças

ELIANE OLIVEIRA

Representantes de mais de uma dezena de setores empresariais se reuniram ontem com o ministro da Economia, Paulo Guedes, para dizer que agora apoiam a propostas de reforma do Imposto de Renda. Esse grupo, que costuma estar alinhado às propostas do governo, se reúne a cada dois meses com Guedes.

- Depois das críticas que ocorreram na primeira proposta do governo, o relator fez uma série de ajustes na Câmara que, na nossa visão, atendem ao que se tinha como expectativa -afirmou o presidente do Instituto Aço Brasil, Marco Polo Mello Lopes, escolhido como porta-voz do encontro.

Líder do grupo mais conhecido por "Coalizão da Indústria", Lopes disse que as medidas propostas pelo relator do projeto na Câmara, deputado Celso Sabino (PSDB-PA), são convergentes com o que pensa o setor empresarial. Entre os setores representados na reunião estão construção civil, medicamentos, automóveis, calçados, têxteis, bens de capital, linha branca e eletroeletrônicos.

Outro assunto discutido na reunião foi a tributação sobre o consumo, por meio de um Imposto sobre Valor Agregado (IVA).

-Estamos muito otimistas com o IVA Dual (com governo federal e dos estados). Temos uma chance de aprovar um assunto que vem sendo discutido há mais de 30 anos, que é uma **reforma tributária** que acabe com a cumulatividade de **impostos** e desonere investimentos -disse.

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

O burnout tributário (2)

Rogério Gallo é procurador e Secretário de Estado de Fazenda

Parece que há uma sina que se repete a cada tentativa de se reformar o sistema tributário brasileiro, a de fracassar no Congresso Nacional por obstáculos federativos e setoriais.

E esses sucessivos fracassos acabam criando uma espécie de burnout tributário, à semelhança da doença psiquiátrica também denominada 'síndrome do esgotamento profissional' em que o indivíduo sabe que precisa reagir, mas não consegue.

Da mesma forma, tem-se o preciso diagnóstico do esgotamento do sistema tributário, exemplificado pela vexatória 184ª posição do Brasil entre os países nos quais as empresas mais despendem tempo e dinheiro para apurar e pagar seus **tributos** (fonte: Doing Business, produzido pelo Banco Mundial), tem-se claro que ele precisa se revitalizar, mas isso não ocorre e o esgotamento prossegue.

Parte da explicação desse burnout tributário decorre do fato de que os bens e serviços prestados, produzidos ou comercializados são tributados ao mesmo tempo pelos três níveis federativos (União, Estados e Municípios), convivendo PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS.

Esse compartilhamento da tributação do consumo de bens e serviços entre todos os níveis federativos acaba se traduzindo em grande complexidade para os contribuintes e para o próprio fisco, porque há uma grande liberdade dos entes em legislar sobre a criação de obrigações acessórias e de alíquotas distintas por tipo de produto e serviço. Sem falar nos benefícios fiscais para setores ou produtos, criando exceções que tornam difícil até mais para profissionais de tributação citar, com precisão, a carga efetiva de um determinado produto.

A solução para esse esgotamento seria uma reforma que aglutinasse esses cinco **tributos** em apenas um imposto gerido simultaneamente em um comitê por representantes dos três níveis da federação, que era o objetivo da PEC 45/2019 que foi recentemente arquivada na Câmara dos Deputados, ou em dois **impostos** (um federal e outro subnacional gerido conjuntamente por Estados e Municípios), que é a proposta que o relator da PEC 110/2019 em tramitação no Senado tem sinalizado na imprensa.

A PEC 45/2019 foi derrotada porque, entre outros motivos, houve o embargo definitivo pelo Ministério da Economia para a proposta dos entes subnacionais em criar um fundo de desenvolvimento regional com recursos da União que permitisse aos Estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste substituírem os incentivos fiscais do ICMS por subsídios financeiros como fator de atração de investimento.

A PEC 110/2019, que separa a União de Estados e Municípios ao propor substituir cinco **tributos** por dois com legislação nacional, não conta com a simpatia das capitais de Estados e dos grandes municípios, que não querem perder o poder sobre o ISS.

Não se pode deixar de dizer também que alguns setores econômicos, com forte representatividade política, também se opuseram à PEC 45/2019 e se opõem à PEC 110/2019, por não cederem aos regimes especiais conquistados que também são, em parte, a causa do problema do nosso sistema tributário.

Enquanto isso, dois projetos de leis de iniciativa da União que alteram apenas o imposto de renda e as contribuições PIS e COFINS tramitam fagueiros no Congresso Nacional, sem, porém, introduzirem avanços para o sistema tributário como um todo.

Assim como na patologia psiquiátrica, o burnout tributário, para ser superado por uma proposta de **reforma tributária** disruptiva, precisa da terapia do diálogo e do desprendimento não só dos representantes dos três níveis federativos e do Congresso Nacional, mas também de setores da economia que clamam por reforma em público e a vetam no privado.

Site:

<http://flip.gazetadigital.com.br/pub/jornalagazeta/?numero=10619>

BC deve acelerar alta de juros

VERA BATISTA

Com a **inflação** sem dar trégua, o mercado financeiro já tem como certo que o Comitê de Política Monetária (Copom), na reunião de agosto, deve aumentar a taxa básica de juros acima do 0,75 ponto percentual que vinha sendo previsto até agora. As expectativas são de avanço de 1 ponto percentual, o que pode colocar a Selic em 5,25% ao ano. Para o economista Cesar Bergo, sócio-consultor da Corretora OpenInvest, "se a alta não for agora de 1 ponto percentual, não vai dar tempo de a Selic chegar a pelo menos 6,5% até o fim do ano", patamar considerado necessário para equilibrar a balança de preços na economia.

"A ideia é buscar um equilíbrio, embora tenhamos de conviver com juros negativos, porque a **inflação** medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) deve ficar em 6% no ano", reitera Bergo. O centro da meta de **inflação**, em 2021 é de 3,75%, admitida uma variação entre 2,25% e 5,25%.

André Perfeito, economista-chefe da Necton Investimentos, concorda com o avanço de 1 ponto percentual pelo Copom. Mas, para ele, o país vai chegar ao final do ano com juros a 7%. "Entendemos que a Selic é em parte inócua aos desafios da **inflação**, uma vez que se concentra nos componentes da oferta majoritariamente", afirma. Mesmo assim, o economista-chefe destaca que é função do Banco Central reagir com altas mais salgadas na Selic, "na perspectiva de manter ancoradas as expectativas de **inflação** para 2022, bem como controlar em parte o câmbio, mesmo não sendo esta uma variável de política monetária explícita no sistema de metas".

Perfeito salienta que a dinâmica inflacionária recente forçou mais uma revisão no cenário para o IPCA de 2021, de 6,5% para 6,9%. Entre os principais motivos, estão o ambiente hídrico desafiador que tem elevado o uso de termoelétricas e, conseqüentemente, pressionado o preço da energia elétrica; e geadas e secas que ameaçam lavouras e aumentam o preço dos alimentos.

"Aumento em 1 ponto percentual e Selic em 5,25% na reunião do Copom de agosto" são a aposta de Eduardo Velho, economista-chefe da JF Trust Gestora de Recursos. "De fato, avaliamos que ocorreu uma deterioração do balanço de riscos em relação ao panorama da decisão da política monetária de junho. A JF Trust estima uma "surpresa inflacionária" (diferencial entre a previsão do modelo do BC e a

inflação efetiva) de 0,71 ponto percentual no trimestre móvel de junho a agosto, o que deve elevar a previsão do BC para o IPCA de 2021 acima de 6%, mas também para 2022", explica Velho. Ele calcula que, com uma Selic de 6,75% em dezembro de 2021, o IPCA estimado para 2022 seria de 4,02%. "Portanto, o BC deveria elevar a Selic para a faixa de 7,25% para aumentar a probabilidade de um IPCA mais próximo da meta central de 3,5%. Para junho de 2022, estimamos Selic de 7,5%", disse.

IGP-M avança 0,78% em julho

O Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) ficou em 0,78% em julho, contra 0,60% no mês anterior. Com esse resultado, o indicador acumula alta de 15,98% no ano e de 33,83% em 12 meses. Usado normalmente na correção de contratos, como os de aluguéis, o IGP-M foi pressionado, sobretudo, pelo avanço dos preços ao produtor, que avançaram 0,71%, em média. Segundo a Fundação Getúlio Vargas (FGV), responsável pelos cálculos, na análise por estágios de processamento, a taxa do grupo bens finais cresceu 1,08% em julho. Apesar da aceleração na margem, o IGP-M acumulado em 12 meses arrefeceu de 35,75% para 33,83%, a segunda redução consecutiva nessa base.

Luz e preços ao produtor sobem, IGP-M volta a acelerar e atinge 33,83% em 12 meses

Fernanda Brigatti

O IGP-M (índice Geral de Preços Mercado) subiu 0,78% em julho e chegou a 33,83% em 12 meses, informou nesta quinta (29) a FGV.

Em junho, o índice desacelerara e registrara alta de 0,60%, acumulando variação de 35,75% em 12 meses.

A variação deste mês foi influenciada principalmente pela alta nos preços ao produtor, como minério de ferro, adubos e leite in natura, e na energia elétrica paga por consumidores.

Conhecido como a **inflação** do aluguel, o índice de julho terá efeito nos contratos de locação com vencimento em agosto. Caso os proprietários decidam aplicar integralmente a variação de 33,83%, um aluguel de R\$ 2.000 passará a R\$ 2.676 nos pagamentos realizados a partir do mês de setembro.

O descolamento do índice em relação à **inflação** oficial medida pelo IPCA (índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) aqueceu debates sobre o uso do IGP-M como indexador para os contratos de locação, uma vez que a maior parte da composição dele refere-se aos preços no atacado.

OINCC (índice Nacional de Custos das Construção Civil), que registra a variação de preços de matérias-primas e do custo da mão de obra, acumula alta de 17,35% em 12 meses até julho. Esse índice corresponde a apenas 10% do IGP-M.

Na semana passada, o PSD apresentou uma ação ao STF, na qual pede a substituição do índice pelo IPCA em todos os tipos de contratos de locação.

Chamado de ADPF (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental), o pedido do partido prevê ainda a declaração de inconstitucionalidade às decisões que mantêm o IGP-M como indexador de correção de contratos.

Projetos de lei em tramitação na Câmara dos Deputados e no Senado também tentam fixar o IPCA

como o índice de correção padrão.

A legislação que trata das relações entre locadores e locatários diz que os contratos devem prever um índice de correção que será asado anualmente. Não há, porém, obrigação em aplicar o IGP-M. Imobiliárias como a Lello e a Quinto Andar deixaram se usar esse índice como padrão.

A pesquisa de locação residencial do Secovi-SP (sindicato da habitação) referente ao mercado da capital indica que, em média, os proprietários não têm aplicado o reajuste integral previsto nos contratos e têm aceitado negociar outros índices.

Nos 12 meses até junho, o reajuste médio aplicado aos contratos ficou em 3,12%. No mesmo período, o IGP-M acumulava 35,75%.

Site: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/>

Área econômica avalia aumentar meta de déficit de 2022

Fabio Graner De Brasília

A equipe econômica avalia a conveniência de mandar um projeto de lei (PLN) alterando a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para reduzir a meta de déficit primário para 2022 entre R\$ 60 bilhões e R\$ 70 bilhões.

A meta é de R\$ 170,5 bilhões para o ano que vem. A informação foi publicada no jornal "O Estado de S. Paulo" e confirmada pelo Valor.

Uma fonte graduada avalia que a medida seria um sinal bastante positivo sobre a trajetória das contas públicas, mas afirma que o martelo não está batido e existem dúvidas sobre se medida irá mesmo avançar dentro do governo. Segundo esse interlocutor, mesmo com o teto de gasto travando as despesas, reduzir a meta seria um reforço na contenção de gastos.

Vale lembrar que outras despesas podem ser feitas fora do teto de gastos por meio de créditos extraordinários e uma meta mais apertada seria um sinal de restrição a esse tipo de operação. Além disso, também restringiria movimento de desoneração tributária, que seria uma forma de expansão fiscal que dribla o constrangimento do limite de despesa. O governo tem discutido nas últimas semanas uma proposta de **reforma tributária** que vai causar pelo menos R\$ 30 bilhões de renúncia de receitas no ano que vem.

A meta para 2022 é de déficit de R\$ 170,5 bilhões, mas foi aprovada sem a atualização de parâmetros de receitas e despesas. É importante ressaltar que a arrecadação tem surpreendido o governo federal neste ano impulsionada pela **inflação** mais alta, crescimento econômico e melhora dos preços relativos por conta das commodities.

Um outro interlocutor do governo ressalta que ainda é preciso finalizar as estimativas de receita para 2022, que irão compor o orçamento do próximo ano (que precisa ser fechado até o fim de agosto), e só depois haverá mais clareza sobre se vale a pena alterar a meta e em quanto.

Em entrevista coletiva sobre o resultado das contas do governo central de junho, o secretário do Tesouro Nacional, Jeferson Bittencourt, disse que há muitos

temas em aberto para 2022 que precisam ser endereçados antes de ser tomada uma decisão quanto ao aumento da meta de resultado primário.

Mesmo evitando detalhar, ele se mostrou favorável. "A gente vê com bons olhos a possibilidade de reduzir o valor da meta para qualquer ano, não só 2022. Sempre que pudermos alterar meta para melhorar, isso será visto com bons olhos", disse. (Colaboraram Mariana Ribeiro e Lu Aiko Otta)

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186965?page=1§ion=1

Relator estuda atrelar corte do IRPJ a arrecadação

Raphael Di Cunto, Fabio Graner e Lu Aiko Otta De Brasília

Para tentar vencer as resistências de governadores e prefeitos, o deputado Celso Sabino (PSDB-PA) trabalha agora com a possibilidade de cortar o Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) de 25% para 17,5% em 2022, menos que os 15% sugeridos por ele inicialmente, caso a arrecadação com o tributo não cresça acima da inflação neste ano.

Segundo Sabino, a proposta é criar uma trava caso a arrecadação em outubro de 2021 não supere o valor dos 12 meses anteriores mais a inflação. Nesse caso, em 2022 o imposto cairia menos do que os 10 pontos percentuais propostos por ele com aval do ministro da Economia, Paulo Guedes. A redução de mais 2,5 pontos em 2023 também estaria condicionada à arrecadação acumulada em outubro de 2022 ser maior que a de outubro de 2021, corrigida pela inflação. Ou seja, ele quer condicionar 5 pontos do corte do IRPJ ao desempenho da arrecadação neste e no próximo ano.

"Mas pode escrever que a queda será de 10 pontos percentuais em janeiro de 2022. Não tem como não ser, a arrecadação está estourando e batendo mais de R\$ 200 bilhões acima do previsto", disse o relator da reforma do IR. "Esse mecanismo é uma forma de garantir, para os Estados e municípios, que não haverá redução, que se cair a arrecadação os cortes vão ser menores", completou.

O corte de 7,5 pontos percentuais no IRPJ, segundo o relator, será compensado com as medidas adotadas no parecer, como a taxação dos dividendos e a tributação sobre os fundos exclusivos. O resto da redução da alíquota, que não estaria coberto pelas medidas compensatórias, ficaria condicionado à aferição da arrecadação em outubro do ano anterior.

A preocupação dos governadores e prefeitos, porém, é com os valores arrecadados após o corte nas alíquotas, o que levou a reunião organizada ontem pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) entre as partes. O IRPJ é base dos fundos de participação dos Estados (FPE) e dos municípios (FPM) e o corte de 12,5 pontos criaria um déficit de R\$ 30 bilhões, com um desenho que concentra 90% das perdas nos governos regionais, o que havia irritado muito

governadores e prefeitos.

O presidente do Comsefaz, Rafael Fonteles, disse que a reunião teve o aspecto positivo de Sabino demonstrar disposição ao diálogo e se comprometer em garantir que não haverá perda, mas o secretário evitou tecer comentários sobre a proposta dos "gatilhos" alegando que é preciso entender melhor a ideia, o que só seria possível após a apresentação do texto.

"Queremos esforço de convergência de diálogo, vamos esperar o texto", afirmou Fonteles. "O deputado disse que com 7,5% o resultado é neutro para os Estados. A gente pediu para ver os cálculos e a proposta. A nossa única premissa é que a reforma seja neutra para os Estados".

Também presente à reunião virtual, a secretária de Fazenda do Ceará, Fernanda Pacobahyba, disse que o encontro não teve decisões definitivas, mas ficou claro o recado de Estados e municípios no sentido de não se admitir reforma que prejudique esses entes. "Ele falou por alto sim, foi tocado nesse assunto de 7,5 e 2,5, mas não foi firmado nenhum compromisso".

Fernanda acrescentou que Sabino rechaçou ideias de criar um compartilhamento das contribuições que serão elevadas com o fim de renúncias fiscais. Ela salientou que está evidente que não há um texto ainda formatado pelo parlamentar, mas ele informou que deve tomar medidas para suavizar a perda de R\$ 30 bilhões. "Alguma coisa deverá ser mudada no texto para suavizar essa perda", disse.

O relator ficou de enviar um texto preliminar para a Confederação Nacional dos Municípios (CNM) e para o Comsefaz detalhando o mecanismo e as contas sobre o impacto orçamentário do projeto, cujo relatório está prometido para ser apresentado aos deputados na próxima semana.

O presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, também disse que preferia aguardar o texto de Sabino antes de comentar. "Ele fez uma explicação técnica, mas queremos ver o texto antes de emitir opinião. O que ficou mais ou menos acertado é que os municípios e Estados não poderão ter perdas", afirmou.

Uma das alternativas defendida pelos Estados é trocar

o corte do IRPJ por uma redução da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), que não é dividida entre os entes. Mas o relator e o governo rejeitam a ideia porque a CSLL é vinculada à **seguridade social**, o que aumentaria o rombo da previdência. A CSLL tem a mesma base de cálculo do IRPJ, mas a arrecadação fica só com o governo federal.

Para o secretário de Fazenda do Rio Grande do Sul, Marco Aurélio Cardoso, se o argumento de Sabino e do governo é de que a recuperação da economia vai recompor as perdas, essa lógica deveria valer também para a CSLL. "O que nós colocamos é que, com o desenho atual, há aumento de participação da União na tributação total", disse, lembrando que, com a queda do IRPJ e manutenção da CSLL, nos momentos de retomada da economia o governo federal vai se beneficiar mais. "De qualquer forma a União vai aumentar sua fatia na arrecadação. A proposta vai na direção de centralizar mais as receitas", acrescentou.

O secretário aponta que desenvolver um desenho de algum tipo de seguro para o FPE e FPM, também mencionado na reunião, não é simples. "É problemático de apurar", disse, comentando que o parlamentar também se comprometeu a apresentar estudos sobre os impactos que a proposta de reforma do IR terá na economia.

Em contraste com as críticas apresentadas por setores como os de educação, saúde e construção, a indústria apoia a versão mais recente da reforma do Imposto de Renda. "Estamos diante de uma chance histórica de avançar no que é prioridade absoluta", disse ao Valor o coordenador da Coalizão Indústria, Marco Polo de Mello Lopes, após reunião com Guedes.

Segundo Marco Polo, as resistências iniciais foram superadas depois que o relator aprofundou o corte na alíquota do IRPJ, corrigindo o viés arrecadatório da proposta original, que continha erro de calibragem. "Houve um avanço monumental", comentou, a respeito do relatório de Sabino.

Há ainda otimismo em relação à aprovação da reforma do PIS/Cofins, também em análise na Câmara. "Há uma posição convergente entre o governo e a indústria", disse. A proposta cria um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) federal, que pode depois receber acoplagem dos IVAs estaduais, em discussão no Senado.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186965?page=1§ion=1

Desigualdade, tributação e esquerda (2)

Oded Grajew, Idealizador do Fórum Social Mundial, é presidente emérito do Instituto Ethos e conselheiro do Instituto Cidades Sustentáveis, da Oxfam Brasil e da Rede Nossa São Paulo. Eduardo Fagnani, Professor colaborador do Instituto de Economia da Unicamp

O editorial da Folha "A desigualdade e o IR" (23/6/21) acerta ao sublinhar: "Há muito a fazer para tornar a carga de **impostos** mais progressiva, sem elevá-la além de seu patamar já exagerado. Rever subsídios, tributar dividendos (com ajuste no gravame dos lucros) e até majorar alíquotas sobre rendimentos altos se mostram caminhos viáveis".

Destacar a questão da injustiça fiscal é importante avanço no debate sobre a **reforma tributária**, marcado entre nós pela ênfase na simplificação dos **impostos** que incidem sobre o consumo e o descaso com a tributação de altas rendas e riqueza.

O país atravessa grave crise socioeconômica e sanitária. A história econômica demonstra que, em crises dessa magnitude, a tributação de altas rendas e riquezas é medida necessária. Atualmente, instituições de fomento (como o FMI, por exemplo) e governos de países centrais (como os EUA, por exemplo) estão propondo aumentar os **impostos** para os mais ricos para combater o aumento da pobreza e da desigualdade.

No Brasil, essas ideias liberais não prosperam. A agenda da **reforma tributária** que tramita no Congresso Nacional está desconectada de qualquer liberalismo que preste. A tributação progressiva é imperativo civilizatório: somos um dos países mais desiguais do mundo, e o nosso sistema tributário é um dos mais injustos.

Na comparação internacional, o Brasil ocupa as últimas posições na tributação da renda e da riqueza e uma das primeiras na tributação do consumo (que captura proporção maior da renda dos pobres e parcela menor da renda das classes mais abastadas); o IRPF tem baixa progressividade, reduzido poder arrecadatório e alíquotas máximas reduzidas; não tributamos a distribuição de lucros e dividendos (nisso, somos outra anomalia internacional), o que contribui para que cerca de 70% da renda de quem ganha mais de 240 salários mínimos mensais sejam isentos de **impostos**; o IPVA incide sobre motos e carros populares, mas não incide sobre helicópteros e iates; o imposto sobre grandes fortunas, aprovado em 1988, ainda não foi implantado; a alíquota máxima do

imposto sobre heranças no Brasil é residual, frente a alíquotas praticadas por países da OCDE; e a terra rural, num país com presença marcante do agronegócio, está praticamente isenta de tributação.

Essas injustiças distributivas contrariam o "princípio da equidade" formulado originalmente por Adam Smith. Esse princípio, inscrito na Constituição da República, não é observado. Pode-se afirmar, portanto, que o sistema tributário brasileiro é inconstitucional.

O editorial está em sintonia com o anseio da sociedade. Um dos achados da pesquisa "Nós e as desigualdades" (Oxfam/Datafolha) é que 84% dos brasileiros concordam com o aumento dos **impostos** para pessoas mais ricas, para financiar políticas sociais no Brasil. O levantamento mostra ainda que quase nove em cada dez pessoas acreditam que não há progresso nacional possível se não forem reduzidas as desigualdades.

Todavia, o editorial peca ao afirmar que "forças da esquerda" (...) "relutam em abraçar propostas mais ambiciosas para o IR, dados os interesses dos sindicatos de categorias mais bem situadas na pirâmide social".

O texto desconsidera que, em outubro de 2019, os seis partidos da oposição (PC do B, PDT, PSB, PSOL e PT) protocolaram no Congresso Nacional a emenda substitutiva global à PEC 45 (nº 178), focada na tributação progressiva. Trata-se da "**reforma tributária** solidária, justa e sustentável", que apresenta diversas propostas de leis tributárias sobre altas rendas e patrimônio, taxando mais cerca de 600 mil contribuintes (0,3% da população brasileira).

Os acréscimos de receita estimados pelos estudos técnicos que embasaram a proposta (elaborados pela **Anfip**/Fenafisco) são mais do que suficientes para que se interrompa a devastação em curso do processo civilizatório no Brasil.

[...] Na comparação internacional, o Brasil ocupa as últimas posições na tributação da renda e da riqueza e uma das primeiras na tributação do consumo (que captura proporção maior da renda dos pobres e parcela menor da renda das classes mais abastadas)

Oded Grajew, Idealizador do Fórum Social Mundial, é presidente emérito do Instituto Ethos e conselheiro do Instituto Cidades Sustentáveis, da Oxfam Brasil e da Rede Nossa São Paulo

Eduardo Fagnani, Professor colaborador do Instituto de Economia da Unicamp

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=496>

12